



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 05 / 07 / 14

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

para relatar.

Em 7 / 8 / 14

Juciana M. Sousa  
Presidente Comissão de Constituição e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

**GAB. DEP.ª JULIANA MORAES SOUZA**

Parecer nº \_\_\_\_/2014

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre o Projeto de Lei nº 11/2014.

**EMENTA:** PROJETO DE LEI. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO PIAUIENSE AO PASTOR ABIMAEI FERNANDES PRAXEDES. PELA APROVAÇÃO. RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE PIAUIENSE. PARECER FAVORÁVEL À CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E LEGALIDADE.

## **I. RELATÓRIO**

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 11/2014, de iniciativa do Deputado Estadual Gessivaldo Isaias, que visa **CONFERIR** o título de Cidadão Piauiense ao Sr. Abimael Fernandes Praxedes, em face à extensa e relevante prestação de serviços à sociedade piauiense através, especialmente, da religião, como Pastor da Assembleia de Deus em Teresina.

Esse é, em suma, o objetivo do Projeto de Lei em epígrafe, ora encaminhado a esta Comissão de Constituição e Justiça para análise de seus aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do artigo 34, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno.

É o breve relatório.

## **II. PARECER DA RELATORA**

Sem maiores aprofundamentos, o currículo do Sr. Abimael Fernandes Praxedes, anexado ao presente Projeto de Lei, por si só, já demonstra toda a qualificação e dedicação com que o mesmo desempenha suas atividades no Estado ao longo dos anos, demonstrando de forma indubitosa que merece o referido título de cidadão piauiense, tendo já, inclusive,



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

**GAB. DEP.ª JULIANA MORAES SOUZA**

recebido honraria similar da Câmara Legislativa Municipal de Teresina, que lhe conferiu o título de cidadão teresinense.

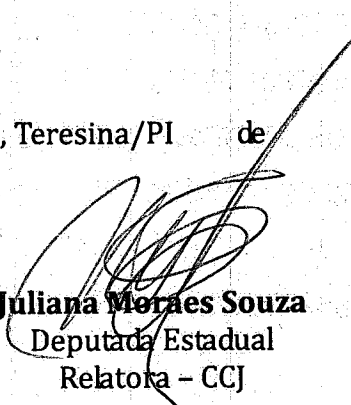
### III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto-me favoravelmente pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 11/2014.

É o parecer.

À apreciação.

Sala das Comissões, Teresina/PI de de 2014.

  
**Juliana Moraes Souza**  
Deputada Estadual  
Relatora - CCJ

